

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. A ausência de marcação, a marcação de duas ou mais opções ou a marcação de opção em discordância com o gabarito oficial definitivo não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas de acordo com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CDC = Código de Defesa do Consumidor; CE/MA = Constituição do Estado do Maranhão; CF = Constituição Federal de 1988; CP = Código Penal; CPC = Código de Processo Civil; CPP = Código de Processo Penal; CTN = Código Tributário Nacional; DP = Defensoria Pública; ICMS = imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; LINDB = Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; MP = Ministério Público; PSA = antígeno prostático específico; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça.

PROVA OBJETIVA

GRUPO I

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto CG1A1AAA

1 A paz não pode ser garantida apenas pelos acordos
políticos, econômicos ou militares. Cada um de nós,
independentemente de idade, sexo, estrato social, crença
4 religiosa etc. é chamado à criação de um mundo pacificado, um
mundo sob a égide de uma cultura da paz.

Mas, o que significa “cultura da paz”?

7 Construir uma cultura da paz envolve dotar as crianças
e os adultos da compreensão de princípios como liberdade,
justiça, democracia, direitos humanos, tolerância, igualdade e
10 solidariedade. Implica uma rejeição, individual e coletiva, da
violência que tem sido percebida na sociedade, em seus mais
variados contextos. A cultura da paz tem de procurar soluções
13 que advenham de dentro da(s) sociedade(s), que não sejam
impostas do exterior.

16 Cabe ressaltar que o conceito de paz pode ser
abordado em sentido negativo, quando se traduz em um estado
de não guerra, em ausência de conflito, em passividade e
permissividade, sem dinamismo próprio; em síntese, condenada
19 a um vazio, a uma não existência palpável, difícil de se
concretizar e de se precisar. Em sua concepção positiva, a paz
não é o contrário da guerra, mas a prática da não violência para
22 resolver conflitos, a prática do diálogo na relação entre
pessoas, a postura democrática frente à vida, que pressupõe a
dinâmica da cooperação planejada e o movimento constante da
25 instalação de justiça.

Uma cultura de paz exige esforço para modificar o
pensamento e a ação das pessoas para que se promova a paz.
28 Falar de violência e de como ela nos assola deixa de ser, então,
a temática principal. Não que ela vá ser esquecida ou abafada;
ela pertence ao nosso dia a dia e temos consciência disso.
31 Porém, o sentido do discurso, a ideologia que o alimenta,
precisa impregná-lo de palavras e conceitos que anunciem os
valores humanos que decantam a paz, que lhe proclamam e
34 promovem. A violência já é bastante denunciada, e quanto mais
falamos dela, mais lembramos de sua existência em nosso meio
social. É hora de começarmos a convocar a presença da paz em
37 nós, entre nós, entre nações, entre povos.

Um dos primeiros passos nesse sentido refere-se à
gestão de conflitos. Ou seja, prevenir os conflitos
40 potencialmente violentos e reconstruir a paz e a confiança entre
pessoas originárias de situação de guerra é um dos exemplos
mais comuns a serem considerados. Tal missão estende-se às
43 escolas, instituições públicas e outros locais de trabalho por
todo o mundo, bem como aos parlamentos e centros de
comunicação e associações.

- 46 Outro passo é tentar erradicar a pobreza e reduzir as
desigualdades, lutando para atingir um desenvolvimento
sustentado e o respeito pelos direitos humanos, reforçando as
49 instituições democráticas, promovendo a liberdade de
expressão, preservando a diversidade cultural e o ambiente.
É, então, no entrelaçamento “paz — desenvolvimento
52 — direitos humanos — democracia” que podemos vislumbrar
a educação para a paz.

Leila Dupret. **Cultura de paz e ações sócio-educativas:**
desafios para a escola contemporânea. In: **Psicol. Esc. Educ.**
(Impr.) v. 6, n.º 1. Campinas, jun./2002 (com adaptações).

QUESTÃO 1

De acordo com o texto CG1A1AAA, a cultura da paz depende, entre outras coisas,

- A do controle da liberdade de expressão.
- B da passividade e da permissividade.
- C de instituições democráticas fortes.
- D da rejeição ao desenvolvimento social.
- E da inexistência de conflitos.

QUESTÃO 2

O texto CG1A1AAA, essencialmente expositivo-argumentativo, estrutura-se a partir da

- A definição de conceitos e do uso de recursos retóricos.
- B construção de personagens e cenas concretas.
- C utilização de recursos textuais descritivos.
- D mescla entre elementos textuais ficcionais e jornalísticos.
- E expressão de sentimentos e vivências pessoais.

QUESTÃO 3

De acordo com o texto CG1A1AAA, os elementos “gestão de conflitos” (l.39) e “erradicar a pobreza” (l.46) devem ser concebidos como

- A obstáculos para a construção da cultura da paz.
- B dispensáveis para a construção da cultura da paz.
- C irrelevantes na construção da cultura da paz.
- D etapas para a construção da cultura da paz.
- E consequências da construção da cultura da paz.

QUESTÃO 4

No texto CG1A1AAA, em “É, então, no entrelaçamento ‘paz — desenvolvimento — direitos humanos — democracia’ que podemos vislumbrar a educação para a paz” (l. 51 a 53), o vocábulo “então” expressa uma ideia de

- A conclusão.
- B finalidade.
- C comparação.
- D causa.
- E oposição.

QUESTÃO 5

Julgue os itens que se seguem, acerca dos aspectos linguísticos do seguinte período do texto CG1A1AAA: “Porém, o sentido do discurso, a ideologia que o alimenta, precisa impregná-lo de palavras e conceitos que anunciem os valores humanos que decantam a paz, que lhe proclamam e promovem” (l. 31 a 34).

- I O termo “o sentido do discurso” exerce função de sujeito da forma verbal “precisa”.
- II O verbo **decantar** foi empregado no sentido de **purificar**.
- III O pronome “que” possui o mesmo antecedente nas três ocorrências no trecho “precisa impregná-lo de palavras e conceitos que anunciem os valores humanos que decantam a paz, que lhe proclamam e promovem”.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

DIREITO CIVIL**QUESTÃO 6**

De acordo com o Código Civil, responderá, em caso de reparação civil, o

- A agente público, objetivamente, se nessa qualidade causar acidente fatal.
- B indivíduo que, gratuitamente, participar nos produtos do crime, até o valor concorrente.
- C patrão por ato de seu empregado, desde que fique provada a *culpa in vigilando* ou *in eligendo*.
- D pai, objetivamente, pelos danos que forem causados pelo filho menor, ressalvado o direito de ação regressiva daquele contra este.
- E hospital, objetivamente, pela morte de paciente aos cuidados de médico-empregado, independentemente de culpa deste.

QUESTÃO 7

O início da personalidade civil das pessoas físicas e das pessoas jurídicas de direito privado ocorre, respectivamente, com

- A o nascimento com vida e com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessária.
- B o registro civil do nascido com vida e com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessária.
- C a concepção do nascituro e com a autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessária.
- D o registro civil do nascido com vida e com a autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- E a concepção do nascituro e com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessária.

QUESTÃO 8

De acordo com a LINDB, no tocante ao fenômeno da reprivatização, salvo disposição em contrário, a lei

- A nova que estabeleça disposições gerais a respeito de outras já existentes não revogará leis anteriores.
- B revogada voltará a vigorar se a lei que a revogou for declarada inconstitucional em controle difuso.
- C revogada não se restaurará se a lei revogadora perder a vigência.
- D nova que estabeleça disposições especiais a respeito de outras já existentes não revogará leis anteriores.
- E nova revogará a anterior se regular inteiramente a mesma matéria.

QUESTÃO 9

Determinado indivíduo tinha direito de usufruto de uma casa. Tal direito era transmissível a seus sucessores que com ele habitassem à época de sua morte. Além disso, ele era proprietário de um pequeno barco. Quando de seu falecimento, foi aberta a sucessão.

De acordo com o Código Civil, os referidos bens — direito real de usufruto; direito real sobre o barco; direito à sucessão aberta — são classificados, respectivamente, como bens

- A imóvel, móvel e imóvel.
- B móvel, imóvel e móvel.
- C imóvel, imóvel e imóvel.
- D móvel, móvel e móvel.
- E imóvel, móvel e móvel.

QUESTÃO 10

Em geral, todas as condições do negócio jurídico que não sejam contrárias à lei, à ordem pública e aos bons costumes são lícitas. Entretanto, condição física ou juridicamente impossível imposta por uma das partes do negócio à outra uma

- A invalidará o negócio jurídico, se for resolutiva.
- B invalidará o negócio jurídico, caso seja suspensiva.
- C será considerada inexistente, seja ela suspensiva ou resolutiva.
- D será considerada anulável, se for resolutiva.
- E será considerada inexistente, caso seja suspensiva.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO AGRÁRIO

QUESTÃO 11

O MP de determinado estado da Federação ajuizou uma ação civil pública por improbidade administrativa contra determinado servidor estadual.

Nessa situação hipotética, a ação civil pública

- A irá tornar prevento o juízo para todas as ações posteriores intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
- B poderá requerer a condenação pecuniária do servidor para a reparação de dano, mas não formular pedido de cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer de qualquer natureza.
- C dependerá do pagamento adiantado de custas, emolumentos, honorários periciais e outras despesas.
- D será integrada pelo MP na qualidade de *custos legis*.
- E deverá observar integralmente a regulamentação específica, não sendo possível a aplicação subsidiária do CPC.

QUESTÃO 12

De acordo com o CPC, a incompetência relativa

- A é vício que não pode ser superado por acordo entre as partes.
- B deve ser alegada mediante exceção de incompetência relativa.
- C não pode ser alegada pelo MP.
- D pode ser declarada de ofício pelo juiz.
- E será prorrogada se o réu não alegar na contestação.

QUESTÃO 13

Julgue os itens a seguir, a respeito do procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.

- I Concedida a tutela antecipada, o autor deverá aditar a petição inicial com a complementação de argumentação e confirmação do pedido de tutela final e, se for o caso, com a juntada de novos documentos.
- II O aditamento da petição inicial deverá ocorrer nos mesmos autos, no prazo de quinze dias, mediante o pagamento de novas custas processuais.
- III O processo será extinto sem resolução do mérito quando não for realizado o aditamento à petição inicial.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 14

De acordo com a Lei n.º 8.629/1993, será suscetível de desapropriação para fins de reforma agrária, ainda que o seu proprietário não possua outra propriedade rural, o

- I latifúndio.
- II imóvel rural tipificado como média propriedade.
- III imóvel rural tipificado como pequena propriedade.
- IV imóvel objeto de esbulho possessório.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 15

Determinado indivíduo, não sendo proprietário rural nem urbano, possui como sua, por mais de cinco anos ininterruptos, sem oposição, área rural contínua de vinte hectares. Tal indivíduo tornou a área produtiva com seu trabalho e nela fez sua morada.

Nessa situação, o referido indivíduo poderá adquirir o domínio da referida área rural mediante o instituto denominado

- A enfiteuse.
- B anticrese.
- C averbação rural.
- D procedimento sumário.
- E usucapião especial.

Espaço livre

DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÃO 16

Lucas, sócio administrador de determinada empresa, importou, no exercício regular da administração e de boa-fé, produtos registrados por nota fiscal fraudada pelo vendedor. Antes do lançamento definitivo do imposto, Lucas foi indiciado pessoalmente pelo crime de descaminho. Após o lançamento, apurou-se que seu débito possuía valor inferior ao mínimo fixado em portaria para que a fazenda nacional promovesse execução fiscal.

Nessa situação hipotética, conforme o entendimento dos tribunais superiores,

- Ⓐ Lucas deverá ser responsabilizado pessoalmente pela infração tributária, conforme disposição do CTN.
- Ⓑ Lucas não poderá valer-se do aproveitamento de créditos de ICMS, devido ao fato de a nota fiscal em questão ser inidônea, embora ele tenha agido de boa-fé.
- Ⓒ o limite mínimo fixado por ato infralegal não influencia na aplicação do princípio da insignificância ao caso.
- Ⓓ Lucas não poderá ser beneficiado com a extinção da punibilidade, mesmo se efetuar o pagamento integral da dívida tributária.
- Ⓔ o início da persecução penal dependerá da constituição definitiva do crédito tributário.

QUESTÃO 17

Maria foi notificada, fora do domicílio informado ao fisco, a pagar imposto de renda, tendo tomado conhecimento da cobrança somente após a propositura de execução fiscal. Em razão da dívida, seu automóvel foi penhorado e, quinze dias após a penhora, o advogado de Maria foi acionado e pretende alegar, em matéria de defesa e pelo meio processual adequado, a decadência do referido tributo.

Com relação a essa situação hipotética e a aspectos legais a ela correlacionados, assinale a opção correta à luz do entendimento dos tribunais superiores.

- Ⓐ É possível requerer provas e juntar rol de testemunhas quando da oposição dos embargos à execução fiscal.
- Ⓑ O argumento de defesa cogitado pelo advogado de Maria — decadência — se refere à perda do direito de ação após o lançamento do crédito tributário.
- Ⓒ É vedada expressamente pelo CTN a eleição do domicílio tributário pelo contribuinte.
- Ⓓ É impossível a propositura de ação anulatória de débito fiscal após iniciada a execução fiscal.
- Ⓔ É impossível a oposição da exceção de preexecutividade em razão do decurso do prazo desde a penhora.

QUESTÃO 18

Considere que determinada sociedade limitada constituída por três sócios, sendo um deles o sócio administrador, ainda não esteja com seu capital social totalmente integralizado. Nessa situação, a responsabilização

- Ⓐ deverá recair primeiramente sobre os sócios que ainda não tiverem integralizado suas quotas de capital social.
- Ⓑ dos sócios restringir-se-á aos valores de suas quotas de capital.
- Ⓒ dos sócios será subsidiária, devendo o sócio administrador ser responsabilizado em primeiro lugar.
- Ⓓ será do sócio administrador, em razão de suas atribuições sociais.
- Ⓔ será solidária em face da não integralização total do capital social.

QUESTÃO 19

No âmbito dos crimes contra a propriedade industrial, constitui concorrência desleal

- Ⓐ utilizar sinal de propaganda alheio, de modo a criar confusão entre os produtos ou estabelecimentos.
- Ⓑ reproduzir, sem autorização do titular, marca registrada, de modo que se possa induzir confusão.
- Ⓒ fabricar, sem autorização do titular, produto objeto de patente de invenção.
- Ⓓ utilizar denominação, sinal ou qualquer outra forma que indique procedência que não a verdadeira.
- Ⓔ utilizar, sem autorização do titular, processo que seja objeto de patente de invenção.

QUESTÃO 20

Acerca do procedimento penal estabelecido na Lei n.º 11.101/2005, que dispõe sobre a recuperação judicial e extrajudicial e sobre a falência do empresário e da sociedade empresária, assinale a opção correta.

- Ⓐ Por se tratar de legislação especial, as disposições do CPP não são aplicadas subsidiariamente nas hipóteses de procedimento penal previstas na lei em questão.
- Ⓑ As ações penais relativas aos crimes previstos na lei em apreço devem ser distribuídas por sorteio entre as varas de execuções penais da jurisdição.
- Ⓒ As ações penais relativas aos crimes previstos na lei em pauta são de natureza pública condicionada.
- Ⓓ O MP, verificando a ocorrência de qualquer crime previsto na referida lei, promoverá a competente ação penal.
- Ⓔ Decorrido o prazo legal sem que o representante do MP ofereça denúncia quanto aos crimes previstos na lei em tela, o procedimento será arquivado.

GRUPO II**DIREITO ADMINISTRATIVO****QUESTÃO 21**

Com relação à organização administrativa, julgue os itens a seguir.

- I As autarquias são pessoas jurídicas com capacidade de autodeterminação, patrimônio e receitas próprias, criadas por lei para o desempenho de atividades típicas do Estado, submetidas ao controle hierárquico pela administração pública direta.
- II As sociedades de economia mista e empresas públicas são entidades de direito privado integrantes da administração indireta, criadas por autorização legal, para o desempenho de atividades gerais de caráter econômico ou, em certas situações, prestação de serviços públicos.
- III Por meio da contratação de consórcios públicos, poderão ser constituídas associações públicas para a realização de objetivos de interesse comum, adquirindo tais entidades personalidade jurídica de direito público e passando a integrar a administração indireta de todos os entes federativos consorciados.
- IV Por serem entes despersonalizados, os órgãos públicos não detêm capacidade processual para a defesa de suas prerrogativas e competências.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
B I e IV.
C II e III.
D I, III e IV.
E II, III e IV.

QUESTÃO 22

É possível a convalidação de atos administrativos quando apresentarem defeitos relativos aos elementos

- A** objeto e finalidade.
B motivo e competência.
C motivo e objeto.
D competência e forma.
E finalidade e forma.

QUESTÃO 23

Pedro interpôs recurso administrativo visando reverter decisão administrativa que havia determinado a interdição de estabelecimento comercial de sua propriedade, com aplicação de multa.

Nessa situação hipotética, com base nas disposições legais concernentes aos processos administrativos,

- A** se do julgamento do recurso administrativo puder decorrer gravame à situação de Pedro, este deverá ser cientificado para apresentar nova manifestação antes da decisão.
B salvo disposição legal em sentido contrário, o recurso interposto por Pedro terá efeito devolutivo e suspensivo.
C interposto o recurso administrativo, o acesso de Pedro ao Poder Judiciário somente poderá ocorrer após o julgamento definitivo na esfera administrativa.
D o recolhimento do valor da multa aplicada é condição de admissibilidade do recurso administrativo.
E julgado improcedente o recurso administrativo e mantidas as penalidades administrativas aplicadas, não haverá necessidade de motivação da decisão da instância superior.

QUESTÃO 24

Com relação aos poderes administrativos, a prerrogativa da administração pública de editar atos normativos para ordenar a atuação de órgãos subordinados decorre do exercício do poder

- A** discricionário.
B disciplinar.
C de polícia.
D regulamentar.
E hierárquico.

QUESTÃO 25

De acordo com o entendimento do STJ, atendida a necessária prévia notificação, o inadimplemento do usuário permite que se efetue corte no fornecimento de serviço público essencial, ainda que tal inadimplência se refira a dívida

- A** contraída por usuário pessoa jurídica de direito público que não preste serviços indispensáveis à população.
B contraída por usuário pessoa física que dependa da manutenção do serviço, de forma contínua, para sua sobrevivência.
C de valor irrisório.
D não relativa ao mês de consumo.
E decorrente de suposta irregularidade no hidrômetro ou medidor de energia elétrica apurada unilateralmente pela concessionária.

QUESTÃO 26

Considerando que, iniciado procedimento licitatório voltado à aquisição de determinados bens de interesse do estado do Maranhão, não tenham aparecido interessados em participar do referido certame, assinale a opção correta de acordo com a legislação pertinente.

- A** A falta de interessados no procedimento licitatório é causa de inexigibilidade de licitação, o que possibilita a contratação direta pela administração pública, inclusive com a alteração das condições básicas anteriormente estabelecidas.
- B** A falta de interessados no procedimento licitatório é causa de dispensa de licitação, quando tal procedimento, justificadamente, não puder ser repetido sem prejuízo para a administração pública, devendo ser mantidas as condições preestabelecidas.
- C** A frustração do procedimento licitatório impõe a alteração das condições preestabelecidas no instrumento convocatório, de modo a atrair interessados em nova licitação.
- D** A despeito da falta de interessados no referido certame licitatório, novo processo licitatório deverá ser realizado, sob pena de burla à obrigatoriedade de realização de licitação para as contratações públicas.
- E** Mantido o interesse na contratação, a frustração do procedimento licitatório impõe a contratação direta pela administração pública, não havendo de se falar em burla à obrigatoriedade de realização de licitação.

QUESTÃO 27

Para contratar empresa de serviço de vigilância para os prédios das repartições públicas municipais, determinado município do estado do Maranhão realizou licitação na modalidade pregão.

Nessa situação hipotética,

- A** é facultada à administração pública a adoção dos critérios melhor técnica e preço ou menor preço, para fins de julgamento e classificação das propostas dos licitantes.
- B** a análise dos documentos para a habilitação do licitante vencedor se dará ao término da fase de julgamento das propostas.
- C** o pregão não poderia ser a modalidade licitatória escolhida por se destinar exclusivamente ao âmbito federal.
- D** o pregão não poderia ser a modalidade licitatória escolhida se o valor estimado da contratação superasse aqueles previstos para as modalidades tomada de preço e concorrência.
- E** é exigível, como condição para participação no certame, a garantia de proposta pelos participantes e a aquisição do edital pelos licitantes.

QUESTÃO 28

É causa de extinção dos contratos administrativos de concessão de serviços públicos por caducidade

- A** a falência ou a extinção da empresa concessionária.
- B** a retomada, durante o prazo da concessão, do serviço pelo poder concedente, por motivo de interesse público.
- C** o descumprimento, pela concessionária, das cláusulas contratuais ou disposições legais concernentes à concessão.
- D** o descumprimento, pelo poder concedente, das normas contratuais estabelecidas na concessão.
- E** o advento do termo contratual.

QUESTÃO 29

Pela suposta prática de falta funcional, foi instaurado procedimento administrativo disciplinar contra Luiz, servidor público estadual. Luiz respondeu, relativamente aos mesmos fatos, a ação penal ajuizada pelo MP local.

À luz da disciplina da responsabilização dos servidores públicos, é correto afirmar que, nessa situação hipotética,

- A** eventual sentença absolutória criminal fundamentada no fato de a conduta do servidor público não constituir infração penal não impede a aplicação de penalidade em âmbito administrativo, com base na chamada falta residual.
- B** em razão da independência entre as instâncias administrativa e penal, eventual sentença absolutória criminal não repercutirá na esfera administrativa.
- C** eventual sentença absolutória criminal fundamentada na falta de provas implicará absolvição na esfera administrativa.
- D** em razão da possível influência da sentença criminal na instância administrativa, o procedimento administrativo disciplinar deverá permanecer suspenso até o término da ação penal.
- E** eventual sentença extintiva da punibilidade do crime, independentemente de seu fundamento, implicará no arquivamento do procedimento administrativo disciplinar.

QUESTÃO 30

É correto afirmar que a ação de ressarcimento ao erário decorrente da prática de ato de improbidade administrativa

- A** prescreve em três anos, a contar do conhecimento do prejuízo causado ao erário.
- B** prescreve no mesmo prazo que o previsto para o ajuizamento da respectiva ação civil de improbidade administrativa.
- C** prescreve em três anos, a contar do trânsito em julgado da ação civil de improbidade administrativa.
- D** prescreve em cinco anos, a contar do trânsito em julgado da ação civil de improbidade administrativa.
- E** é imprescritível.

QUESTÃO 31

A seguir são apresentadas ações realizadas pelo Estado.

- I Alocação provisória de determinadas máquinas e equipamentos utilizados em execução de obra pública em propriedade privada desocupada.
- II Instalação de redes elétricas em determinada propriedade privada para fins de execução de serviço público.
- III Determinação de ordem urbanística de proibição de construção além de determinada altura em região do município.

As hipóteses apresentadas correspondem, respectivamente, às seguintes modalidades de intervenção do Estado na propriedade

- A ocupação temporária, servidão administrativa e limitação administrativa.
- B requisição administrativa, servidão administrativa e ocupação temporária.
- C requisição administrativa, ocupação temporária e limitação administrativa.
- D servidão administrativa, requisição administrativa e limitação administrativa.
- E ocupação temporária, limitação administrativa e servidão administrativa.

QUESTÃO 32

Com relação à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens seguintes, de acordo com o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

- I Em razão do dever estatal de proteção à incolumidade física do preso, a responsabilização civil do Estado em caso de morte no interior de estabelecimento prisional ocorrerá ainda que seja demonstrada a impossibilidade do ente de agir para evitar a morte do detento.
- II De acordo com o princípio da reserva do possível, reiterado descumprimento do dever estatal de assegurar a integridade física e moral do preso não impõe a responsabilização civil do Estado por danos gerados pela falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento.
- III A responsabilidade civil das pessoas jurídicas concessionárias de serviço público é objetiva em relação aos danos causados aos terceiros usuários e não usuários do serviço público.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Apenas os itens II e III estão certos.

DIREITO CONSTITUCIONAL**QUESTÃO 33**

De acordo com a doutrina majoritária, quanto à origem, as Constituições podem ser classificadas como

- A promulgadas, que são ditas democráticas por se originarem da participação popular por meio do voto e da elaboração de normas constitucionais.
- B outorgadas, que surgem da tradição, dos usos e costumes, da religião ou das relações políticas e econômicas.
- C cesaristas, que são as derivadas de uma concessão do governante, ou seja, daquele que tem a titularidade do poder constituinte originário.
- D pactuadas, que são formadas por dois mecanismos distintos de participação popular, o plebiscito e o referendo, ambos com o objetivo de legitimar a presença do detentor do poder.
- E históricas, que surgem do pacto entre o soberano e a organização nacional e englobam muitas das Constituições monárquicas.

QUESTÃO 34

O poder constituinte originário

- A é fático e soberano, incondicional e preexistente à ordem jurídica.
- B é reformador, podendo emendar e reformular.
- C é decorrente e normativo, subordinado e condicionado aos limites da própria Constituição.
- D é atuante junto ao Poder Legislativo comum, com critérios específicos e de forma contínua.
- E é derivado e de segundo grau, culminando em atividade diferida.

QUESTÃO 35

Acerca da doutrina e da jurisprudência do STF a respeito das técnicas de interpretação constitucional, julgue os itens a seguir.

- I A técnica da interpretação conforme pode ser utilizada tanto no controle de constitucionalidade difuso quanto no abstrato.
- II Como técnica de exegese, a interpretação conforme impõe a decretação da inconstitucionalidade da norma, atendendo à vontade do legislador.
- III A interpretação constitucional segue os mesmos cânones hermenêuticos da interpretação das demais normas jurídicas.
- IV A declaração de nulidade sem redução de texto gera o vício de inconstitucionalidade da norma e o seu afastamento do mundo jurídico.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C III e IV.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 36

De acordo com a CF, é função de chefe de governo, exercida pelo presidente da República,

- A permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.
- B controlar a legalidade dos atos normativos e administrativos.
- C fixar limites globais para o montante da dívida mobiliária dos estados.
- D requisitar e designar membros do MP, delegando-lhes atribuições.
- E dispor sobre os limites globais para as operações de crédito externo e interno da União.

QUESTÃO 37

Conforme a CF, às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, cabe

- A exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras.
- B patrulhar ostensivamente as ferrovias federais.
- C apurar as infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União.
- D exercer as funções de polícia judiciária e apurar as infrações penais, excetuadas as de natureza militar.
- E responder pelo policiamento ostensivo, pela preservação da ordem pública e pela defesa civil.

QUESTÃO 38

De acordo com a Convenção de Mérida, o procedimento de permitir que remessas ilícitas ou suspeitas saiam do território de um ou mais Estados, os atravessem ou entrem nele, com o conhecimento e sob a supervisão de autoridades competentes, objetivando identificar um delito e identificar pessoas envolvidas em sua ocorrência, é denominado

- A confisco.
- B entrega vigiada.
- C delito determinante.
- D produto de delito.
- E embargo preventivo.

QUESTÃO 39

De acordo com a Convenção de Viena, a submissão de um Estado a determinado tratado manifesta-se pela adesão quando

- A os Estados negociadores tiverem acordado que a ratificação seja exigida.
- B o tratado estiver sujeito a ratificação e o representante do referido Estado o tiver assinado.
- C a intenção do Estado de assinar o tratado sob reserva de ratificação decorrer dos plenos poderes de seu representante ou tiver sido manifestada durante a negociação.
- D todas as partes acordarem, posteriormente, que tal consentimento possa ser manifestado, pelo referido Estado, mediante adesão.
- E esse tratado dispuser que esse consentimento se manifeste pela ratificação.

QUESTÃO 40

Conforme o entendimento dos tribunais superiores, o advogado

- A tem direito não apenas aos honorários convencionados, mas também aos fixados por arbitramento e aos de sucumbência.
- B tem exclusividade para impetrar revisão criminal.
- C poderá, em caso de prisão, ser colocado em alojamento coletivo, desde que em local distinto da prisão comum.
- D pode atuar na qualidade de defensor público quando ausente a DP na jurisdição.
- E possui inviolabilidade por expressões injuriosas que externar em carta de cobrança de honorários advocatícios.

QUESTÃO 41

Elencado na CF como princípio geral da atividade econômica, o princípio econômico que só se realiza por meio da equitativa distribuição das riquezas, permitindo que cada um disponha dos meios materiais para viver dignamente, denomina-se princípio da

- A livre iniciativa.
- B livre concorrência.
- C função social da propriedade.
- D busca do pleno emprego.
- E justiça social.

QUESTÃO 42

De acordo com a CE/MA, incluem-se entre os bens desse estado

- A os lagos, rios e quaisquer correntes de água que banhem esse estado e mais um outro estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham.
- B o mar territorial, os terrenos de marinha e seus acrescidos e os potenciais de energia hidráulica.
- C as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.
- D as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob o domínio da União, dos municípios e de terceiros.
- E as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares e à preservação ambiental.

QUESTÃO 43

De acordo com o entendimento do STF, a polícia judiciária não pode, por afrontar direitos assegurados pela CF, invadir domicílio alheio com o objetivo de apreender, durante o período diurno e sem ordem judicial, quaisquer objetos que possam interessar ao poder público. Essa determinação consagra o princípio do(a)

- A legalidade.
- B reserva da jurisdição.
- C ampla defesa.
- D contraditório.
- E direito ao sigilo.

QUESTÃO 44

O princípio da alteridade é violado em caso de

- A proibição de mulher transexual utilizar banheiro público feminino.
- B arbitramento de indenização por danos morais contra pessoa jurídica.
- C violação de correspondência alheia.
- D impedimento do exercício do direito de livre associação.
- E uso da força para coibir manifestação violenta.

MEDICINA LEGAL

Texto 1A9AAA

Em determinada cidade interiorana, por volta das dezesseis horas de um dia ensolarado, o corpo de uma mulher jovem foi encontrado por populares, em área descoberta de um terreno baldio. O delegado de plantão foi comunicado do fato e, ao dirigir-se ao local, a autoridade policial verificou que o corpo se encontrava em decúbito dorsal e despido. A perícia de local, tendo realizado exame perinecropsóptico, verificou que o corpo apresentava temperatura de 27 °C, além de rigidez completa de tronco e membros. Constataram-se escoriações na face, fraturas dos elementos dentários anteriores, manchas roxas na região cervical anterior e duas lesões profundas na região torácica anterior, abaixo da mama esquerda, medindo a maior delas 4 cm × 1 cm. Havia tênue mancha de tonalidade avermelhada na face posterior do corpo, que só não se evidenciava nas partes que estavam em contato com o solo. Nas adjacências das lesões torácicas e no solo próximo ao corpo, havia pequena quantidade de sangue coagulado. No mesmo terreno onde estava o corpo, foi encontrada uma faca de gume liso único. A lâmina, que estava suja de sangue, tinha formato triangular e media 20 cm de comprimento e 4 cm de largura em sua base. Exames laboratoriais realizados posteriormente atestaram que o sangue presente na faca pertencia à vítima. Após a lavagem do corpo, foi possível detectar lesões torácicas, de acordo com as imagens mostradas na figura a seguir.



Internet: <www.malthus.com.br>.

QUESTÃO 46

Em relação aos fenômenos cadavéricos mencionados no texto 1A9AAA, assinale a opção correta.

- Ⓐ As manchas avermelhadas identificadas na face posterior do cadáver correspondem ao fenômeno da algidez cadavérica.
- Ⓑ O aspecto tênue das manchas avermelhadas identificadas na face posterior do cadáver indica que a morte decorreu de asfixia.
- Ⓒ A discreta presença de sangue adjacente às lesões torácicas caracteriza, unicamente, a ocorrência de lesões *post mortem*.
- Ⓓ A rigidez cadavérica que se instalou nas primeiras horas após a morte tende a se intensificar na medida em que ocorrerem os fenômenos da putrefação.
- Ⓔ A exposição do corpo ao tempo aberto e ao calor do ambiente podem ter contribuído para acelerar o processo de rigidez cadavérica.

QUESTÃO 47

Considerando-se o texto 1A9AAA e a imagem que se segue ao texto, é correto afirmar que as lesões encontradas no tórax da vítima, por apresentarem predomínio da profundidade em relação à extensão, classificam-se como

- Ⓐ incisas.
- Ⓑ cortocontusas.
- Ⓒ perfurocontusas.
- Ⓓ perfurocortantes.
- Ⓔ perfuroincisas.

QUESTÃO 48

O exame necropsóptico do cadáver referido no texto 1A9AAA evidenciou equimoses violáceas e escoriações na vulva, hímen roto, dilatação do ânus, sem escoriações ou fissuras, e o exame citológico da secreção vaginal detectou espermatozoides e PSA.

A propósito dessas considerações adicionais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A presença do PSA na secreção vaginal é considerada um vestígio de ocorrência de conjunção carnal.
- Ⓑ A dilatação anal identificada é prova inquestionável de coito anal traumático.
- Ⓒ A presença de equimoses e escoriações na região vulvar atesta a ocorrência de conjunção carnal praticada pelo agressor.
- Ⓓ No exame genital, a identificação de hímen roto atesta a ocorrência de conjunção carnal praticada pelo agressor.
- Ⓔ A identificação de espermatozoides na secreção vaginal comprova a ocorrência de estupro seguido de morte.

QUESTÃO 45

Considerando a situação hipotética apresentada no texto 1A9AAA e a figura que a ele se segue, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se não houvesse um perito médico-legista oficial na localidade, mas houvesse um médico e um dentista lotados no posto de saúde local, o delegado de polícia poderia nomeá-los para que eles realizassem o exame de corpo de delito.
- Ⓑ O exame de corpo de delito deverá ser iniciado somente no período diurno.
- Ⓒ Será necessário aguardar ao menos seis horas após a localização do cadáver para se proceder à autópsia.
- Ⓓ O exame interno do cadáver poderá ser dispensado, uma vez que as lesões externas são suficientes para se estabelecer com precisão a causa da morte.
- Ⓔ Após realizar o exame cadavérico, o perito médico-legista deverá redigir o parecer médico-legal, no qual deverá descrever minuciosamente o que observou e responder aos quesitos formulados.

QUESTÃO 49

A perícia dactiloscópica realizada no cadáver referido no texto 1A9AAA identificou a impressão digital de um único dedo na faca encontrada no local do crime. A comparação dessa impressão digital com os dados do arquivo criminal revelou que ela coincidia com a do dedo indicador da mão direita de um homem foragido da justiça que havia sido condenado pelo estupro seguido de morte de outras mulheres.

Com referência a essas considerações adicionais, assinale a opção correta.

- A** A análise do perfil genético de espermatozoides detectados na secreção vaginal da vítima seria opção mais confiável que a impressão digital para identificar o criminoso.
- B** No caso considerado, a impressão digital de uma única polpa digital poderá ser considerada suficiente para estabelecer a autoria do crime.
- C** Se o referido homem tiver um irmão gêmeo univitelínico, as impressões digitais serão insuficientes para diferenciá-los.
- D** A impressão digital encontrada na faca deverá ser comparada com registros recentes do homem em questão, uma vez que as linhas dactiloscópicas variam com o tempo.
- E** O fato de ser comum encontrar indivíduos diferentes que possuam impressões digitais idênticas justifica a impossibilidade de se estabelecer com segurança a autoria no caso em apreço.

QUESTÃO 50

Revisando o prontuário de um suspeito no sistema prisional, a autoridade policial deparou-se com um laudo psiquiátrico que apontava a seguinte conclusão: “CID10: F60.2 – Transtorno de personalidade dissociada (psicopática ou sociopática): possui ciência do caráter ilícito dos atos praticados e sérias dificuldades no controle de seu impulso sexual exacerbado, que só consegue satisfazer com a subjugação da vítima mediante a imposição de comportamento violento”.

Acerca dessa situação, assinale a opção que apresenta, respectivamente, as características do suspeito com referência a: entendimento; controle dos impulsos; imputabilidade.

- A** limitado; preservado; semi-imputável
- B** preservado; adequado; plenamente imputável
- C** preservado; limitado; semi-imputável
- D** preservado; limitado; inimputável
- E** limitado; limitado; inimputável

GRUPO III**DIREITO PENAL****QUESTÃO 51**

Acerca do direito penal e do poder punitivo, assinale a opção correta.

- A** O garantismo penal impede a intervenção punitiva do Estado, o qual deverá exercer função exclusivamente preventiva e garantidora das liberdades individuais.
- B** O direito penal do autor poderá servir de fundamento para a redução da pena quando existirem circunstâncias pessoais favoráveis ao acusado.
- C** O direito penal do ato tem como característica a ampliação da tipicidade do crime para atingir também os atos preparatórios e os de tentativa.
- D** No direito penal do inimigo, a sanção penal é aplicada com extremo rigor e objetiva punir o inimigo de modo exemplar por atos cometidos, sem, contudo, relativizar ou suprimir garantias processuais.
- E** A criminalização secundária tem como características a igualdade e a abstração, uma vez que a lei penal é genérica e a todos dirigida.

QUESTÃO 52

Em relação à lei penal no tempo e à irretroatividade da lei penal, é correto afirmar que a lei penal mais

- A** severa aplica-se o princípio da ultra-atividade.
- B** benigna aplica-se o princípio da extra-atividade.
- C** severa aplica-se o princípio da retroatividade mitigada.
- D** severa aplica-se o princípio da extra-atividade.
- E** benigna aplica-se o princípio da não ultra-atividade.

QUESTÃO 53

Com relação a lugar do crime e territorialidade e extraterritorialidade da lei penal, conforme previstos no CP, assinale a opção correta.

- A** Nos crimes tentados, o lugar do crime será onde o agente pretendia que tivesse ocorrido a consumação do delito.
- B** Nos crimes conexos, não se aplica a teoria da ubiquidade, devendo cada crime ser julgado pela legislação penal do país em que for cometido.
- C** No concurso de pessoas, o lugar do crime será somente aquele em que ocorrerem os atos de participação ou coautoria, independentemente do local do resultado.
- D** No crime continuado, somente será aplicada a lei nacional quando todos os fatos constitutivos tiverem sido praticados em território brasileiro, por se tratar de delito unitário.
- E** Nos crimes complexos, não se aplica a teoria da ubiquidade, mesmo que o delito-meio tenha sido cometido em território brasileiro.

QUESTÃO 54

A respeito das teorias que tratam das funções da pena, assinale a opção correta.

- A** A teoria correcionalista considera que a pena se esgota na ideia da retribuição como resposta ao mal causado pelo autor do crime.
- B** A teoria preventiva geral positiva considera que a pena tem a função de inibir comportamentos antissociais e moldar comportamentos socialmente aceitos.
- C** A teoria absoluta considera que a pena possui caráter retributivo, preventivo e ressocializador.
- D** A teoria preventiva geral considera a pena como um meio para prevenir a reincidência do indivíduo.
- E** A teoria preventiva especial considera a pena como um meio para intimidar os potenciais praticantes de condutas delituosas.

QUESTÃO 55

No direito penal, a analogia

- A** é uma forma de autointegração da norma penal para suprir as lacunas porventura existentes.
- B** é uma fonte formal imediata do direito penal.
- C** utiliza, na modalidade jurídica, preceitos legais existentes para solucionar hipóteses não previstas em lei.
- D** corresponde a uma interpretação extensiva da norma penal.
- E** é uma fonte formal mediata, tal como o costume e os princípios gerais do direito.

QUESTÃO 56

No que se refere à classificação dos crimes, assinale a opção correta.

- A** No crime habitual, as ações que o compõem, consideradas isoladamente, não constituem crimes.
- B** No crime à distância, a conduta dá-se em um local e a produção, em outro, dentro do mesmo país.
- C** No crime preterintencional, há a conjugação da ação culposa no evento antecedente com o dolo no resultado consequente.
- D** Os crimes omissivos impróprios se perfazem com a mera abstenção da realização de um ato, independentemente de um resultado posterior.
- E** Nos crimes instantâneos de efeitos permanentes, a consumação do crime perdura até quando o sujeito quiser.

QUESTÃO 57

No interior de um estabelecimento comercial, João colocou em sua mochila diversos equipamentos eletrônicos, com a intenção de subtraí-los para si. Após conseguir sair do estabelecimento sem pagar pelos produtos, João foi detido, ainda nas proximidades do local, por agentes de segurança que visualizaram trechos de sua ação pelo sistema de câmeras de vigilância. Os produtos em poder de João foram recuperados e avaliados em R\$ 1.200.

Nessa situação hipotética, caracterizou-se

- A** uma tentativa inidônea de crime de furto.
- B** um fato atípico, pela incidência do princípio da insignificância.
- C** a prática de crime de furto.
- D** uma situação de crime impossível por ineficácia absoluta do meio.
- E** uma situação de crime impossível por absoluta impropriedade do objeto.

QUESTÃO 58

Artur, Romualdo e José decidiram roubar um banco onde sabiam haver vigilantes armados e treinados para garantir a segurança. Com um revólver, Artur rendeu um deles e lhe tomou a pistola, enquanto seus parceiros, também com revólveres, ameaçaram os demais circunstantes e ordenaram aos caixas que juntassem o dinheiro e colocassem-no dentro de sacolas. Consumada a ação, eles correram para onde haviam deixado o carro de fuga, mas não conseguiram chegar até ele em virtude da chegada da polícia. Fingindo-se um cidadão comum, Artur conseguiu obter carona em um caminhão de entregas, livrando-se da iminente prisão em flagrante. Enquanto isso, Romualdo e José abordaram um motorista que estacionava seu carro e lhe tomaram as chaves do veículo. A vítima tentou reagir e foi abatida por dois disparos feitos por José, tendo morrido no local. Os ladrões fugiram com o automóvel, mas foram perseguidos e presos ao fim da perseguição. Horas depois, Artur também foi preso, e em seu poder foi apreendida a pistola tomada do vigilante do banco.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir de acordo com a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores.

- I Configurou-se o concurso material de roubo circunstanciado e de homicídio qualificado.
- II Artur não tem nenhuma responsabilidade pela morte do motorista, visto que nem mesmo estava no local onde ocorreu o fato.
- III Há crime único, de latrocínio, porque o resultado morte aconteceu como desdobramento causal da ação principal e era previsível para todos os partícipes.
- IV Artur, assim como Romualdo e José, responderá por latrocínio, e sua pena não poderá ser reduzida sob o argumento de participação menos importante.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 59

Um sentenciado foi beneficiado com o livramento condicional, cujo término do período de prova estava previsto para 25/5/2016. Porém, no dia 29/2/2016, ele praticou novo delito, pelo qual veio a ser condenado por sentença transitada em julgado. Apesar disso, o juízo da execução penal não procedeu à suspensão cautelar do benefício, tendo praticado tal ato somente no dia 11/9/2016.

Com relação a essa situação hipotética e a aspectos a ela correlatos, julgue os seguintes itens.

- I O fato de não ter sido oportunamente suspenso o benefício é irrelevante, pois o livramento deve ser revogado pelo juiz da execução quando sobrevém condenação irrecorrível à pena de prisão.
- II Competiria ao juízo da execução penal determinar a suspensão do livramento condicional, cautelarmente, para revogá-lo depois, se fosse o caso.
- III Julgar-se-ia extinta a pena relativa ao primeiro delito se, relativamente ao segundo, cometido na vigência do livramento condicional, o réu fosse absolvido no segundo grau de jurisdição.
- IV A revogação do benefício seria facultativa se a nova condenação, referente ao crime cometido no período de prova, fosse de pena distinta da privativa de liberdade.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 60

Em razão de um procedimento penal instaurado no juizado especial criminal para apurar a contravenção penal de exploração de jogo do bicho, na ocasião da lavratura do termo circunstanciado, foi apreendida a motocicleta de Glauco, servidor público da prefeitura de determinado município, porque, supostamente, ela teria sido utilizada na prática do ilícito. Posteriormente, foi ofertada transação penal pelo representante do MP, prontamente acolhida e integralmente cumprida por Glauco, a quem coube a pena de doação de cinco cestas básicas. Entretanto, a sentença, ao extinguir a punibilidade pelo cumprimento integral das condições pactuadas, decretou a perda da motocicleta em favor da União, por entendê-la proveniente de crime.

Nessa situação hipotética, de acordo com o que dispõe a lei penal sobre os efeitos da condenação,

- A não caberia a decretação do perdimento da motocicleta, pois não houve condenação penal.
- B a perda da motocicleta em favor da União constituiu efeito automático da homologação da transação penal.
- C o juiz deveria decretar, também, a imediata perda do cargo, considerando-se que o agente era servidor público.
- D não poderia haver o perdimento do bem se a pena máxima cominada ao tipo fosse de um ano de prisão.
- E só poderia ter sido decretada a perda do bem — motocicleta — se provado ser proveniente da prática do ilícito.

QUESTÃO 61

Um garoto de sete anos de idade foi atendido no pronto-socorro de um hospital com quadro de crise asmática. Embora tenha sido regularmente medicado, ele faleceu trinta e seis horas depois devido a insuficiência respiratória. A médica plantonista foi indiciada por homicídio culposo com imputação de negligência no atendimento. O promotor de justiça, após exaustivas diligências, que incluíram o parecer de renomado pneumologista e outras diligências realizadas pela própria assessoria médica do órgão acusador, pediu o arquivamento da peça inquisitória um mês depois de encerrado o prazo previsto em lei para a propositura da ação penal, a partir da apresentação do relatório final pelo delegado. Nesse ínterim, o pai da criança, inconformado com a demora do MP em promover a denúncia no prazo da lei, ajuizou ação penal privada subsidiária.

Acerca dessa situação hipotética e de aspectos a ela correlatos, assinale a opção correta à luz do entendimento dos tribunais superiores.

- A O simples fato de os autos terem ficado sem movimentação externa ao MP por prazo superior a quinze dias não autorizaria a propositura da ação penal privada.
- B Se os autos tiverem estado em diligência a cargo de órgão auxiliar técnico do MP para análise das questões médicas envolvidas, então não houve omissão e, por isso, esteve suspenso o prazo para o exercício da ação penal privada.
- C Caso a família da vítima tomasse ciência da realização de diligências no âmbito interno do MP para esclarecimento dos fatos e se manifestasse nos autos dessas diligências sem questioná-las, isso implicaria anuência, obstando o direito à ação penal privada.
- D O direito de propor ação penal privada subsidiária poderia ser exercido a qualquer tempo, desde que decorrido o prazo legal conferido ao MP.
- E Tendo a CF erigido como fundamental o direito da vítima e de sua família à aplicação da lei penal, a vítima e sua família podem tomar as rédeas da ação penal se o MP não o fizer no devido tempo.

QUESTÃO 62

Assinale a opção correta com relação ao entendimento dos tribunais superiores a respeito das penas, das medidas de segurança e de sua aplicação.

- A A medida de segurança perdurará enquanto o exame pericial médico anual não indicar a cessação da periculosidade do internado.
- B A internação do paciente submetido a medida de segurança não interromperá o curso do prazo prescricional.
- C A idade do réu no momento do cometimento do crime é irrelevante na definição do prazo de prescrição.
- D A pena resultante da unificação serve para definir o limite temporal máximo de trinta anos, mas não para calcular a progressão de regime e o livramento condicional.
- E O incremento da pena no crime de roubo na fase final da dosimetria deve ser estabelecido de acordo com a quantidade de majorantes presentes na ação criminosa.

QUESTÃO 63

À luz do entendimento dos tribunais superiores a respeito dos crimes contra a dignidade sexual, assinale a opção correta.

- A** A prática de atos libidinosos seguida de conjunção carnal contra a mesma vítima e dentro do mesmo contexto fático configura continuidade delitiva.
- B** O consentimento da vítima, sua experiência sexual anterior ou a existência de um romance tolerado pelos familiares não afastam a ocorrência do crime de estupro de vulnerável.
- C** A embriaguez voluntária e não preordenada do agente pode ser utilizada para fundamentar o incremento da pena.
- D** Na impossibilidade de verificação da quantidade de vezes em que ocorreram abusos sexuais contra a mesma vítima, o aumento da pena pela continuidade não poderá ultrapassar a fração de um sexto da pena.
- E** O estupro de vulnerável é um crime de ação pública incondicionada, quaisquer que sejam suas circunstâncias fáticas.

QUESTÃO 64

Assinale a opção correta no que se refere aos crimes contra a propriedade imaterial.

- A** A violação de direito autoral qualificada se configura com o dolo genérico.
- B** O plágio de obras literárias, científicas ou artísticas é regido por lei própria, não sendo abrangido pelo tipo de violação de direito autoral nas suas formas simples ou qualificadas.
- C** A materialidade do crime de violação de direito autoral pode ser provada mediante perícia por amostragem sobre os aspectos externos do material apreendido.
- D** A absolvição do réu no crime de violação de direito autoral é possível com base na teoria da adequação social e no princípio da insignificância.
- E** A violação de direitos autorais é crime processado mediante ação pública condicionada à representação, quando cometida na forma simples.

QUESTÃO 65

Com relação aos crimes contra a administração pública, assinale a opção correta.

- A** Ser membro de poder ou exercer cargo de elevada envergadura são circunstâncias irrelevantes para a formulação da pena-base dos crimes contra a administração pública.
- B** A corrupção ativa não pode existir na ausência de corrupção passiva, pois tais condutas são tipicamente bilaterais.
- C** O princípio da insignificância poderá ser aplicado aos crimes contra a administração pública quando o agente for primário e o prejuízo causado ao erário for inexpressivo.
- D** A circunstância elementar do crime de peculato se comunica ao coautor ou partícipe, mesmo que estes não integrem o serviço público.
- E** O crime de corrupção ativa é de natureza material e se consuma com a efetiva entrega da vantagem oferecida.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**QUESTÃO 66**

O MP de determinado estado ofereceu denúncia contra um indivíduo, imputando-lhe a prática de roubo qualificado, mas a defesa do acusado negou a autoria. Ao proferir a sentença, o juízo do feito constatou a insuficiência de provas capazes de justificar a condenação do acusado.

Nessa situação hipotética, para fundamentar a decisão absolutória, o juízo deveria aplicar o princípio do

- A** estado de inocência.
- B** contraditório.
- C** promotor natural.
- D** *ne eat iudex ultra petita partium*.
- E** *favor rei*.

QUESTÃO 67

Na esfera da legislação processual penal, a reprimenda

- A** somente se aplicará por força de decisão judicial fundamentada.
- B** é aplicável somente nos processos de competência originária dos tribunais.
- C** somente se aplicará se houver expressa determinação legal.
- D** é inaplicável, por suas características.
- E** somente se aplicará se apresentar manifesta vantagem para o réu.

QUESTÃO 68

Quanto à reprodução simulada, também denominada de reconstituição do crime, assinale a opção correta.

- A** A ausência do indiciado poderá ocorrer por sua vontade, mas esse fato induzirá prova contra si.
- B** A participação do indiciado será obrigatória caso haja prova da materialidade e indícios de autoria.
- C** A participação do indiciado é obrigatória para que o ato seja considerado válido.
- D** A participação do indiciado é facultada à sua vontade.
- E** A ausência do indiciado nos crimes que deixem vestígios torna o ato ineficaz.

QUESTÃO 69

Amadeu, com vinte anos de idade, encontrou Márcia, com dezesseis anos de idade, sua ex-vizinha, em um baile de carnaval realizado em uma praia. Ao perceber que Márcia se encontrava em estado de embriaguez, apresentando perda do raciocínio e de discernimento, Amadeu aproveitou para praticar diversos atos libidinosos e ter conjunção carnal com ela, mesmo sem o seu consentimento.

Nessa situação hipotética,

- A** a autoridade policial só poderá instaurar inquérito mediante representação de Márcia ou de seus pais.
- B** a autoridade policial poderá instaurar inquérito de ofício.
- C** a autoridade policial não poderá instaurar inquérito policial caso tome ciência do fato por meio da veiculação do fato pela imprensa.
- D** a autoridade policial só poderá instaurar inquérito mediante requerimento subscrito pelos pais de Márcia.
- E** o MP não poderá requisitar a instauração de inquérito policial.

QUESTÃO 70

Após desentendimento em jantar em sua residência, um deputado estadual esfaqueou um colega, que morreu no local. Para ocultar o ato criminoso, o parlamentar enterrou o corpo da vítima no quintal de sua residência. Após o indiciamento, o MP ofereceu denúncia contra o parlamentar.

Nessa situação hipotética, a competência para julgar os crimes de homicídio e de ocultação de cadáver será do

- A tribunal de justiça e do juiz singular da justiça comum estadual, respectivamente.
- B juiz singular da justiça comum estadual.
- C tribunal do júri da comarca em que os crimes foram praticados.
- D tribunal de justiça do estado em que o parlamentar exercer o seu mandato.
- E tribunal do júri e o do juiz singular da justiça comum estadual, respectivamente.

QUESTÃO 71

Após a instauração de inquérito policial para apurar a prática de crime de corrupção passiva em concurso com o de organização criminosa, o promotor de justiça requereu o arquivamento do ato processual por insuficiência de provas, pedido que foi deferido pelo juízo. Contra essa decisão não houve a interposição de recursos.

Nessa situação,

- A mesmo com o arquivamento do inquérito policial, a ação penal poderá ser proposta, desde que seja instruída com provas novas.
- B em razão do arquivamento, a ação penal só poderá ser proposta como ação penal privada subsidiária da pública.
- C o arquivamento do inquérito policial gerou a preempção, que provoca a inadmissibilidade da ação penal devido à extinção da punibilidade provocada.
- D em razão da coisa julgada material feita com o trânsito em julgado da decisão que deferiu o arquivamento do inquérito, é inadmissível a propositura de ação penal.
- E outro promotor de justiça, com entendimento contrário ao daquele que requereu o arquivamento, poderá requerer o desarquivamento do inquérito e propor ação penal independentemente da existência de novas provas.

QUESTÃO 72

Em inquérito policial para apurar a prática de crime de furto, a autoridade policial reuniu provas suficientes de que o indiciado teria adquirido imóveis e veículos — todos registrados em seu nome — com recurso proveniente do crime.

Nessa situação, a autoridade policial poderá

- A representar à autoridade judiciária competente, requerendo o sequestro dos referidos bens.
- B enviar ofício ao juízo ou ao MP para que sejam decretadas as medidas cabíveis, visto que a lei não lhe assegura competência para promover a restrição dos direitos de propriedade do indiciado.
- C realizar a busca e apreensão dos citados bens, independentemente de autorização judicial.
- D proceder à busca e apreensão dos referidos bens, desde que mediante anuência do MP.
- E determinar, de ofício, o arresto ou a hipoteca legal, em decisão fundamentada, e proceder à apreensão dos citados bens.

QUESTÃO 73

Uma autoridade policial determinou a instauração de inquérito policial para apurar a prática de suposto crime de homicídio. Entretanto, realizadas as necessárias diligências, constatou-se que a punibilidade estava extinta em razão da prescrição.

Nessa situação,

- A é cabível recurso em sentido estrito com o objetivo de trancar o inquérito policial, mas somente após a decisão que recebe a denúncia.
- B não há instrumento processual capaz de trancar o inquérito policial.
- C poderá ser impetrado *habeas corpus* com o objetivo de trancar o inquérito policial.
- D poderá ser impetrado mandado de segurança contra o ato da autoridade policial para trancar o inquérito policial.
- E é cabível recurso de apelação com o objetivo de trancar o inquérito policial, mas somente em caso de sentença penal condenatória.

QUESTÃO 74

Quando, em se tratando de crimes de menor potencial ofensivo em trâmite no juizado especial criminal, o acusado não for encontrado para a citação, o juízo deverá

- A encaminhar as peças existentes ao juízo comum para a adoção do procedimento previsto em lei.
- B encaminhar os autos ao MP para que este proceda como entender de direito.
- C determinar a citação do acusado por edital.
- D determinar a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional até que se proceda à citação pessoal do acusado.
- E nomear defensor dativo para o acusado e conceder prazo de quinze dias para o oferecimento da defesa.

QUESTÃO 75

No caso de um delegado de polícia instaurar inquérito policial para apurar a conduta delitativa supostamente praticada por determinado cidadão, o delegado-geral de polícia

- A poderá promover a remoção do delegado com o objetivo de frustrar a sua atuação no inquérito, independentemente de justificativa, em razão de sua posição hierárquica.
- B poderá determinar a redistribuição do inquérito por motivo de interesse público devidamente demonstrado.
- C não poderá, em regra, determinar a redistribuição do inquérito policial, ressalvado apenas o caso de morte do delegado que determinar a sua instauração.
- D poderá proceder à redistribuição do inquérito, independentemente de justificativa, em razão de sua posição hierárquica.
- E não poderá avocar o inquérito policial, salvo em caso de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação policial que prejudique a eficácia da investigação.

QUESTÃO 76

No que se refere às provas no processo penal, julgue os itens a seguir.

- I Em atendimento ao princípio da legalidade, no processo penal brasileiro são inadmissíveis provas não previstas expressamente no CPP.
- II Caso a infração tenha deixado vestígio, a confissão do acusado não acarretará a dispensa da prova pericial.
- III Havendo evidências da participação do indiciado em organização criminosa, a autoridade policial poderá determinar a quebra do sigilo da sua comunicação telefônica como forma de instruir investigação criminal.
- IV A prova obtida por meios ilícitos não constitui suporte jurídico capaz de ensejar sentença condenatória, ainda que corroborada pela confissão do acusado.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 77

Julgue os próximos itens, relativos a prisão, medidas cautelares e liberdade provisória.

- I A concessão da liberdade provisória pela autoridade policial não impede a decretação da prisão preventiva de ofício pelo juízo, se presentes os seus requisitos.
- II Nos crimes hediondos, o tempo da prisão preventiva varia segundo o limite da pena estabelecida para o tipo penal imputado ao indiciado.
- III Aplicada medida cautelar diversa da prisão, será vedado ao juiz substituí-la por outra ou impor nova medida cumulativamente.
- IV Lavrado o auto de prisão em flagrante por crime de estupro, a autoridade policial poderá conceder ao preso liberdade provisória mediante fiança.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas os itens I e IV estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**LEGISLAÇÃO PENAL E
PROCESSUAL PENAL ESPECIAL****QUESTÃO 78**

De acordo com o entendimento da doutrina e dos tribunais superiores sobre o Estatuto do Desarmamento, especialmente quanto às armas de fogo,

- A o crime de tráfico internacional de arma de fogo é insuscetível de liberdade provisória.
- B majora-se a pena em caso de crime de comércio ilegal de arma de fogo mesmo que se trate de armamento de uso permitido.
- C a arma de fogo desmuniada afasta as figuras criminosas da posse ou do porte ilegal, considerando-se que o objeto jurídico tutelado é a incolumidade física.
- D o porte de arma de fogo de uso permitido com a numeração raspada equivale penalmente ao porte de arma de fogo de uso restrito.
- E o disparo de arma de fogo em via pública e o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido configuram situações de inafiançabilidade.

QUESTÃO 79

A respeito da Lei Maria da Penha, assinale a opção correta.

- A Nos crimes de ameaça que caracterizem violência doméstica contra a mulher, será admissível a renúncia à representação, desde que esta anteceda o oferecimento da denúncia.
- B Os institutos despenalizadores previstos na Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais não se aplicam aos dispositivos da Lei Maria da Penha, com exceção das contravenções penais.
- C Por força do princípio da imparcialidade, as medidas protetivas de urgência não poderão ser concedidas de ofício pelo juiz.
- D A competência das demandas cíveis relacionadas à Lei Maria da Penha pode ser escolhida pela ofendida, que, entretanto, não pode optar pelo domicílio do agressor.
- E Em caso de registro de ocorrência policial em razão de violência doméstica contra a mulher, a autoridade policial deverá, em vinte e quatro horas, encaminhar ao juiz, em apartado, o pedido de eventuais medidas protetivas.

QUESTÃO 80

Constitui requisito para a tipificação do crime de organização criminosa

- A a prática de crimes cuja pena máxima seja igual ou superior a cinco anos.
- B a atuação de estrutura organizacional voltada à obtenção de vantagem exclusivamente econômica.
- C a divisão de tarefas entre o grupo, mesmo que informalmente.
- D a prática de crimes antecedentes exclusivamente transnacionais.
- E a estruturação formal de grupo constituído por três ou mais pessoas.

QUESTÃO 81

Considere que, no curso de determinada investigação, a autoridade policial tenha representado ao competente juízo pela prisão temporária do indiciado. Nessa situação,

- A** a prisão requerida apenas poderá ser decretada para se inquirir o indiciado, devendo a autoridade policial, após o ato, representar pela sua soltura.
- B** mesmo que a autoridade policial não tivesse requerido a prisão temporária, o juiz poderia tê-la decretado de ofício.
- C** caso se trate de crime hediondo, o prazo máximo da prisão eventualmente decretada será de noventa dias.
- D** a prisão não poderá ser decretada após a fase inquisitória da persecução penal.
- E** decretada a prisão temporária, o inquérito policial deverá ser concluído no prazo máximo de dez dias.

QUESTÃO 82

Quanto ao instituto da remição na fase de execução da pena, assinale a opção correta.

- A** A remição da pena pelo estudo, quando o condenado for autorizado a estudar fora do estabelecimento penal, independerá de aproveitamento satisfatório, bastando a comprovação da frequência escolar.
- B** A remição da pena pelo estudo é prevista no ordenamento pátrio apenas por construção jurisprudencial.
- C** O benefício da remição da pena será suspenso no caso de o condenado, por acidente, ficar impossibilitado para o trabalho ou o estudo.
- D** É possível o acréscimo de um terço do tempo a remir no caso de conclusão, durante o cumprimento da pena, do ensino fundamental, médio ou superior.
- E** O tempo remido não será considerado para a obtenção do benefício do indulto.

QUESTÃO 83

Acerca dos crimes previstos no CDC, assinale a opção correta.

- A** Em razão do princípio da especialidade, as infrações penais descritas no CDC excluem outras que digam respeito a qualquer relação de consumo.
- B** A pena de interdição temporária de direitos somente poderá ser aplicada isoladamente, sendo vedada sua cumulação com pena privativa de liberdade ou multa.
- C** No processamento dos crimes de propaganda enganosa ou abusiva, é cabível a transação penal.
- D** Nos crimes que envolvam as relações de consumo, a ofensa a indivíduo analfabeto constitui circunstância agravante das penas.
- E** Os crimes contra a relação de consumo são, em sua maioria, de perigo concreto, sendo exigida a efetiva ocorrência do dano.

QUESTÃO 84

No que tange à tutela penal do meio ambiente e às disposições da Lei n.º 9.605/1998, que trata das sanções penais e administrativas aplicáveis a condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, assinale a opção correta.

- A** Em regra, em se tratando de crimes ambientais de menor potencial ofensivo, é possível a transação penal sem a prévia composição do dano ambiental.
- B** É circunstância agravante, quando não constitui ou qualifica o crime, a prática de crimes ambientais em domingos, feriados ou à noite.
- C** Caracteriza crime ambiental a conduta daquele que produz sons e ruídos em quaisquer atividades, desrespeitando as normas de silêncio.
- D** É cabível o perdão judicial em caso de guarda doméstica de animal silvestre, mesmo tratando-se de espécie ameaçada de extinção.
- E** Conforme a referida lei, a tipificação da prática de maus tratos contra animais restringe-se aos animais silvestres.

QUESTÃO 85

De acordo com as legislações especiais pertinentes, o inquérito policial deve ser concluído no

- A** prazo comum de quinze dias, estando o indiciado solto ou preso, nos casos de crimes de tortura.
- B** mesmo prazo estipulado para a apreciação das medidas protetivas, nos casos de crimes previstos na Lei Maria da Penha.
- C** prazo comum de dez dias, estando o indiciado solto ou preso, nos casos de crimes contra a economia popular.
- D** prazo de trinta dias, se o indiciado estiver solto, e de quinze dias, se ele estiver preso, de acordo com a Lei de Drogas.
- E** prazo de quinze dias, se o crime for de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, conforme o Estatuto do Desarmamento.

QUESTÃO 86

De acordo com as disposições legais referentes aos crimes hediondos,

- A** o agente do crime de sequestro relâmpago qualificado com o resultado morte está sujeito a prisão temporária, por ser tal crime considerado hediondo.
- B** a prática não consumada, ou seja, tentada, do crime afasta o caráter hediondo do tipo penal.
- C** cumpridos os requisitos legais, será cabível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
- D** é cabível ao magistrado classificar como hediondo um crime em razão de sua gravidade ou forma de execução.
- E** a liberdade provisória, em crimes dessa natureza, é direito subjetivo do autor, condicionado ao pagamento de fiança.

QUESTÃO 87

Nos juizados especiais criminais, a composição civil dos danos causados por infrações penais

- A terá a eficácia de título executivo judicial a ser executado no juízo civil competente.
- B terá a eficácia de título executivo judicial a ser executado no próprio juizado especial criminal.
- C conduzirá ao perdão do ofendido, quando se tratar de ação penal privada.
- D conduzirá à extinção da punibilidade do autor do fato, no caso de ação penal pública incondicionada.
- E conduzirá à decadência, quando se tratar de ação penal pública condicionada a representação.

QUESTÃO 88

Com relação aos dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente que disciplinam a aplicação das medidas socioeducativas, assinale a opção correta.

- A A remição pré-processual concedida pelo MP poderá ser cumulada com medida socioeducativa de semiliberdade.
- B A medida socioeducativa de liberdade assistida terá como prazo máximo de duração a pena mínima estabelecida para o tipo penal praticado.
- C O início do cumprimento de qualquer medida socioeducativa pelo autor de ato infracional somente ocorrerá quando este ainda não tiver completado dezoito anos de idade.
- D A medida de internação provisória determinada cautelarmente terá duração máxima de quarenta e cinco dias, prorrogável, por duas vezes, por igual período.
- E A medida de internação definitiva não comporta prazo determinado, mas, em nenhuma hipótese, excederá a três anos.

QUESTÃO 89

A colaboração premiada nos casos de lavagem de capitais

- A será válida somente se o colaborador indicar a autoria do crime antecedente que originou a lavagem de ativos.
- B será nula se não contar com a participação do órgão julgador na elaboração do acordo.
- C tem como benefício, entre outros, a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos.
- D constitui meio de prova que pode embasar, isoladamente, posterior sentença condenatória.
- E pode ocorrer apenas na fase processual, no curso da competente ação penal.

QUESTÃO 90

No que se refere ao processamento do crime de tráfico de drogas, assinale a opção correta.

- A Conforme as circunstâncias, a aplicação do princípio da insignificância é cabível.
- B É incabível a progressão de regime prisional, devendo a pena ser iniciada e totalmente cumprida no regime fechado.
- C A fixação da pena-base pelo juiz deve levar em conta, entre outras circunstâncias, a quantidade de droga apreendida.
- D É necessária a demonstração da efetiva transposição de fronteiras entre estados da Federação para a incidência dessa causa de aumento da pena.
- E É incabível a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.

QUESTÃO 91

Assinale a opção correta a respeito dos crimes de trânsito.

- A A condução de veículo automotor em via pública por motorista com a habilitação suspensa configurará crime apenas se a situação gerar perigo de dano.
- B Para a constatação do crime de embriaguez ao volante, é imprescindível a realização de prova por teste de bafômetro ou etilômetro.
- C A lesão corporal culposa cometida na direção de veículo automotor por condutor sob a influência de álcool dispensa a representação do ofendido.
- D A suspensão da habilitação, aplicada cumulativamente na sentença condenatória por homicídio culposo na direção de veículo automotor, deve ter o mesmo prazo da pena de prisão.
- E É causa de aumento de pena a utilização de veículo em que tenham sido adulterados equipamentos ou características que afetem a sua segurança ou o seu funcionamento.

QUESTÃO 92

Com base no disposto na legislação especial penal e processual penal, assinale a opção correta.

- A Oferecida a denúncia pelo MP, caberá exclusivamente ao representante do *parquet* o indiciamento do autor do crime, caso isso não se tenha realizado na fase inquisitória.
- B O delito de maus tratos com lesão corporal grave praticado contra idoso segue o rito sumaríssimo previsto na Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, vedada, no entanto, a aplicação dos institutos da transação penal e da suspensão condicional do processo.
- C É de competência exclusiva da polícia civil a investigação do crime de extorsão mediante sequestro de prefeito, se praticado em razão da função pública exercida pela vítima.
- D Em regra, o indiciado civilmente identificado não poderá ser submetido a identificação criminal no inquérito policial, sendo possível tal procedimento, de forma excepcional, somente se judicialmente autorizado.
- E O sigilo do inquérito policial se estende ao advogado somente até a fase do indiciamento do representado, após o que será autorizado o acesso a todas as peças já produzidas nos autos, incluindo-se as diligências ainda não documentadas.

CRIMINOLOGIA

QUESTÃO 93

Afirmar que a criminologia é interdisciplinar e tem o empirismo como método significa dizer que esse ramo da ciência

- A utiliza um método analítico para desenvolver uma análise indutiva.
- B considera os conhecimentos de outras áreas para formar um conhecimento novo, se afirmando, então, como independente.
- C utiliza um método silogístico.
- D utiliza um método racional de análise e trabalha o direito penal de forma dogmática.
- E é metafísica e leva em conta os métodos das ciências exatas para o estudo de seu objeto.

Texto 1A14AAA

João nutria grande desejo por sua colega de turma, Estela, mas não era correspondido. Esse desejo transformou-se em ódio e fez que João planejasse o estupro e o homicídio da colega. Para isso, ele passou a observar a rotina de Estela, que trabalhava durante o dia e estudava com João à noite. Determinado dia, após a aula, em uma rua escura no caminho de Estela para casa, João realizou seus intentos criminosos, certo de que ficaria impune, mas acabou sendo descoberto e preso.

QUESTÃO 94

Com relação à situação hipotética descrita no texto 1A14AAA e às funções da criminologia, da política criminal e do direito penal, assinale a opção correta.

- A O direito penal tem a função de analisar a forma como o crime foi cometido, bem como estudar os meios que devem ser adotados com relação à pena e à ressocialização de João.
- B O direito penal é o responsável pelo diagnóstico do fenômeno dos crimes cometidos contra as mulheres.
- C A criminologia deverá analisar a conduta de João, subsidiando o juiz quanto ao arbitramento da pena.
- D A política criminal tem a função de propor medidas para a redução das condições que facilitaram o cometimento do crime por João, como a urbanização e a iluminação de ruas.
- E A criminologia deverá indicar os trajetos que precisam de rondas policiais ou os locais para se instalem postos policiais.

QUESTÃO 95

Conforme a criminologia crítica, o crime praticado contra Estela, descrito no texto 1A14AAA, pode ser explicado

- A por traumas de infância desenvolvidos por João, o que tornou difícil a sua relação com as mulheres.
- B pela pouca iluminação da rua que Estela elegeu para voltar para casa depois da aula.
- C pelo comportamento imprudente de Estela, que, no período noturno, andava sozinha em rua mal iluminada.
- D pela existência de alguma característica inata de João, que fatalmente o levaria a cometer os crimes de estupro e homicídio.
- E por multifatores, como uma cultura misógina que desvaloriza as mulheres e que legitima a sua punição quando não forem atendidos os interesses e os desejos masculinos.

QUESTÃO 96

De acordo com a teoria de Sutherland, os crimes são cometidos

- A em razão do comportamento das vítimas e das condições do ambiente.
- B por pessoas de baixa renda, exatamente em razão de sua condição socioeconômica desprivilegiada.
- C em razão do comportamento delinquente herdado, ou seja, de origem biológica.
- D por pessoas que sofrem de sociopatias ou psicopatias.
- E por pessoas que convivem em grupos que realizam e legitimam ações criminosas.

QUESTÃO 97

De acordo com a teoria das atividades rotineiras,

- A a ideia de vítima ou de alvo adequado se refere, necessariamente, a uma pessoa.
- B o crime pode ser evitado se a autoridade tiver influência sobre a vítima.
- C para que um crime ocorra, deve haver divergência de tempo e espaço nos seguintes elementos: provável agressor; alvo adequado; ausência de um guardião capaz de impedir o crime.
- D o infrator pode estar motivado por uma patologia individual, pela maximização do lucro, pela desorganização social ou pela oportunidade.
- E a figura do guardião é semelhante à do sujeito formal que integra as forças de segurança pública estatal.

QUESTÃO 98

O paradigma da reação social

- A surgiu na Europa a partir do enfoque do interacionismo simbólico.
- B afirma que os grupos sociais criam o desvio, o qual é uma qualidade do ato infracional cometido pela pessoa.
- C indica que é mais apropriado falar em criminalização e criminalizado que falar em criminalidade e criminoso.
- D afirma que a criminalidade tem natureza ontológica.
- E pode ser chamado, também, de *labeling approach*, etiquetamento ou paradigma etiológico.

QUESTÃO 99

Dados publicados em dezembro de 2017 pelo Ministério da Justiça mostram que o Brasil tem uma taxa de superlotação nos estabelecimentos prisionais na ordem de 197,4%.

Agência de Notícias, Empresa Brasil de Comunicação.

Sob o enfoque da prevenção da infração penal no Estado democrático de direito, a superlotação carcerária aludida no fragmento de texto anterior é um problema que prejudica a

- I prevenção primária.
- II prevenção secundária.
- III prevenção terciária.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 100

A criminologia considera que o papel da vítima varia de acordo com o modelo de reação da sociedade ao crime. No modelo

- Ⓐ clássico, a vítima é a responsável direta pela punição do criminoso, sendo figura protagonista no processo penal.
- Ⓑ ressocializador, busca-se o resgate da vítima, de modo a reintegrá-la na sociedade.
- Ⓒ retribucionista, o objetivo restringe-se ao ressarcimento do dano pelo criminoso à vítima.
- Ⓓ da justiça integradora, a vítima é tida como julgadora do criminoso.
- Ⓔ restaurativo, o foco é a participação dos envolvidos no conflito em atividades de reconciliação, nas quais a vítima tem um papel central.

Espaço livre